



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
12ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2021.0001041788

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação Cível nº 1013127-39.2020.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que é apelante BANCO BRADESCO S/A, é apelado LUCAS FERREIRA DA SILVA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da(o) 12ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto da Relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Excelentíssimos Desembargadores JACOB VALENTE (Presidente sem voto), CASTRO FIGLIOLIA E CERQUEIRA LEITE.

São Paulo, 21 de dezembro de 2021

(assinatura digital)

SANDRA GALHARDO ESTEVES

Desembargadora – Relatora.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
12ª Câmara de Direito Privado

Voto nº 28.831

Apelação Cível nº 1013127-39.2020.8.26.0114

Comarca de Campinas / 6ª Vara Cível

Juiz(a): André Pereira de Souza

Apelante(s): Banco Bradesco S/A

Apelado(a)(s): Lucas Ferreira da Silva

Partes: Truck Center 1001 Ltda; Luis Gonzaga Sanches da Silva

EMBARGOS DE TERCEIRO. SUCUMBÊNCIA QUE DEVE SER SUPOSTADA POR QUEM CAUSOU A AÇÃO.

Citado para os termos dos embargos de terceiro o banco-apelante disse que agiu de boa-fé diante da ausência de publicidade dos atos limitados aos particulares neles envolvidos e concordou com o levantamento da penhora. Ocorre que em réplica o embargante demonstrou com documentos que ao menos desde 15/07/2016 o banco-apelante tinha plena ciência de que o imóvel penhorado não mais pertencia ao coexecutado, de maneira que não podia ele alegar desconhecimento da alienação apenas porque os atos transmissivos não ingressaram no registro imobiliário. A Súmula 303 do STJ diz que em tema de penhora aquele que deu causa à constrição indevida deve arcar com as verbas de perdimento nos embargos de terceiro. Diante do princípio da causalidade, o banco-apelante tinha plena ciência da aquisição do bem imóvel pelo embargante em data anterior à execução e, mesmo assim, pediu a sua indevida penhora. Deve, por isso, responder pelos encargos de sucumbência.

Apelação não provida. Honorária majorada.

Vistos,

1. Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença que acolheu os embargos de terceiro opostos por Lucas Ferreira da Silva na execução que o Banco Bradesco S/A move contra Truck Center 1001 Ltda. e Luis Gonzaga Sanches da Silva, autos do processo nº 1022285-60.2016.8.26.0114, da 6ª Vara Cível de Campinas/SP, desconstituindo a penhora que recaiu sobre imóvel objeto da matrícula nº 44.738 do Registro de Imóveis de Tatuí/SP, condenando “...a parte embargada ao pagamento das custas e despesas processuais, além da verba honorária, que fixo em R\$1.500,00...” (fls. 87/89).

Diz o banco-apelante que o pedido de penhora foi por ele levado a efeito com base em certidão atualizada do registro de imóveis onde constava o codevedor como proprietário, razão pela qual não deu causa aos embargos de terceiro e não pode, por isso, responder pelas verbas de sucumbência, que devem ser revertidas ao embargante (fls. 103/109).

Contrarrazões (fls. 114/119).

Sem oposição ao sistema do *Plenário Virtual*.

É o relatório do essencial.

2. Sem razão o banco-apelante.

Por meio de instrumento particular de compromisso de venda e compra datado de 04/04/2006 e não levado ao registro imobiliário (fls. 10/13), o embargante efetivamente adquiriu o imóvel objeto da matrícula nº 44.738 do Registro de Imóveis de Tatuí/SP (fls. 14/16), que foi penhorado nos autos do processo nº 1022285-60.2016.8.26.0114, da 6ª Vara Cível de Campinas/SP.

Citado para os termos dos embargos de terceiro o banco-apelante disse que agiu de boa-fé diante da ausência de publicidade dos atos limitados aos particulares neles envolvidos e concordou com o levantamento da penhora (fls. 42/49).

Ocorre que em réplica (fls. 62/64) o embargante demonstrou com documentos (fls. 65/86) que ao menos desde 15/07/2016 o banco-apelante tinha plena ciência de que o imóvel penhorado não mais pertencia ao coexecutado, de maneira que não podia ele alegar desconhecimento da alienação apenas porque os atos transmissivos não ingressaram no registro imobiliário.

A Súmula 303 do STJ diz que em tema de penhora aquele que deu causa à constrição indevida deve arcar como as verbas de perdimento nos embargos de terceiro. Diante do princípio da causalidade, o banco-apelante tinha plena ciência da aquisição do bem imóvel pelo embargante em data anterior à execução e, mesmo assim, pediu a sua indevida penhora. Deve, por isso, responder pelos encargos de sucumbência.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

12ª Câmara de Direito Privado

3. Em face ao exposto, **nega-se provimento ao recurso** e, por força do disposto no art. 85, §11 do CPC, majora-se a verba honorária de sucumbência de R\$1.500,00 (fl. 89) para R\$1.800,00, mantidos todos os demais termos da r. sentença de primeiro grau.

(assinatura digital)

SANDRA GALHARDO ESTEVES

Desembargadora – Relatora.